

Luís Manoel Borges do Vale

João Sergio dos Santos Soares Pereira

coordenação

LGPD

Influxos no Direito Processual

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

LGPD

INFLUXOS NO DIREITO PROCESSUAL

Luís Manoel Borges do Vale

João Sergio dos Santos Soares Pereira

Coordenação

© desta edição [2024]

THOMSON REUTERS BRASIL CONTEÚDO E TECNOLOGIA LTDA.

ALEXANDRE FERREIRA MATTIOLI E JULIANA MAYUMI ONO

Diretores Responsáveis

Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855 – 13º andar – Vila Olímpia

CEP 04548-005, São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Os autores gozam da mais ampla liberdade de opinião e de crítica, cabendo-lhes a responsabilidade das ideias e dos conceitos emitidos em seus trabalhos.

Central de Relacionamento Thomson Reuters Selo Revista dos Tribunais

(atendimento, em dias úteis, das 09h às 18h)

Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sacrt@thomsonreuters.com

e-mail para submissão dos originais: aval.livro@thomsonreuters.com

Conheça mais sobre Thomson Reuters: www.thomsonreuters.com.br

Acesse o nosso eComm

www.livrariart.com.br

Impresso no Brasil [02-2024]

Profissional

Fechamento desta edição [20.12.2023]



ISBN 978-65-260-1758-6

Apresentação	7
Sobre os autores	9

DIREITO FUNDAMENTAL À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, NO ÂMBITO PROCESSUAL

1. A tutela jurisdicional de dados pessoais: como o processo pode proteger os direitos da personalidade.....	23
MARCO ANTONIO RODRIGUES e DAVI AMARAL HIBNER	
2. A proteção dos dados pessoais inseridos em processos judiciais de acesso público.....	57
LORENA FALEIROS COSTA	
3. <i>Open justice</i> , publicidade processual e proteção de dados.....	77
FREDERICO BOGHOSSIAN TORRES e DANIEL BECKER	
4. A essencialidade do relatório de impacto à proteção de dados pessoais na conformação de políticas públicas: Uma análise do Caso do IBGE no STF	89
MARIA CECÍLIA OLIVEIRA GOMES	
5. Proteção de dados pessoais no processo eletrônico: reflexões sobre os impactos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais no Processo Judicial eletrônico.....	105
TIAGO CARNEIRO RABELO	

PROTEÇÃO DE DADOS E PODER JUDICIÁRIO

6. Tratamento de dados pelo poder judiciário brasileiro: o pressuposto da interoperabilidade para o devido processo judicial eletrônico	131
JOÃO SERGIO DOS SANTOS SOARES PEREIRA e VÍCTOR ARAÚJO DE MENEZES	

7.	Seguro cyber como ferramenta de mitigação de danos causados pelos riscos em ataques cibernéticos ao poder judiciário	143
	ALLINNE RIZZIE COELHO OLIVEIRA GARCIA	
8.	Breve análise quantitativa e qualitativa de decisões do Tribunal de Justiça de São Paulo envolvendo a Lei Geral de proteção de dados.....	163
	IGOR RIZZATTI BURIGO MENDES e ROBERTO ALTHOFF KONDER BORNHAUSEN	

DADOS PESSOAIS E O CAMPO DO DIREITO PROBATÓRIO PROCESSUAL

9.	A responsabilidade civil e a relevância do exercício probatório nas demandas judiciais envolvendo a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.....	181
	BEATRIZ HAIKAL e LUDMILLA CAMPOS	
10.	O ônus probatório e a confidencialidade na produção de provas em demandas de proteção de dados pessoais.....	195
	CECÍLIA ALMADA CUNHA e KELVIN WILLIAMSON	
11.	O tratamento da prova na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e o papel do órgão jurisdicional.....	211
	MAURÍCIO FERREIRA CUNHA e JHONATTA BRAGA BARROS	
12.	Produção Antecipada da Prova (PAP): adequação, utilidade e eficácia probatória na proteção de dados pessoais	223
	RENNAN THAMAY e BRUNO CAMPOS SILVA	

A TUTELA INIBITÓRIA E A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

13.	Direito à privacidade e proteção de dados pessoais: a concessão de tutela inibitória na prevenção da violação de dados	245
	FERNANDA GOMES E SOUZA BORGES e SUZANA MARIA DA SILVA MIRANDA	
14.	Tutela inibitória e proteção de dados pessoais: um diálogo necessário.....	281
	LUÍS MANOEL BORGES DO VALE e MARCELO MAZZOLA	
15.	A tutela inibitória como técnica de prevenção de danos no tratamento de dados.....	293
	LUÍS GUSTAVO REIS MUNDIM	

DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL-ADMINISTRATIVO E OS DADOS PESSOAIS

16. Tratamento de dados pelo Poder Público conforme a LGPD e a Lei de Governo Digital: abertura, interoperabilidade e anonimização dos dados pessoais 313
CRISTIANE RODRIGUES IWAKURA
17. Processos administrativos de fiscalização e sanção perante a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) 337
ISABELLA MACEDO TORRES e PABLO ADEMIR DE SOUZA
18. O processo de compartilhamento de dados no interior da administração pública e a gestão eficiente de políticas públicas 361
RAFAEL CARVALHO REZENDE OLIVEIRA e JÉSSICA ACOCELLA

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E A TUTELA JURÍDICO PROCEDIMENTAL PENAL

19. O anteprojeto de Lei Geral de Proteção de Dados para a segurança pública e persecução penal e o seu reflexo nos bancos de dados das polícias judiciárias brasileiras 385
DANIEL BASTOS MARWELL

DADOS PESSOAIS E O ÂMBITO PROCEDIMENTAL NOTARIAL

20. Proteção de dados no âmbito notarial: o procedimento extrajudicial sob o prisma do princípio da segurança 413
GABRIEL CEMIN PETRY e KARIN REGINA RICK ROSA

EXECUÇÃO E LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

21. Promovendo acesso à justiça pelo acesso aos dados: interseções entre desjudicialização, lgpd e busca e localização patrimonial 439
JOÃO VITOR MENDONÇA DE MOURA